

## **1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**08.02.2018**

**Ponto 2**

### **Proposta de cedência de utilização ao Município de Odivelas pelo Estado Português do Convento ou Instituto de Odivelas**

#### **Declaração de Voto**

A questão que estamos agora a analisar é, e já o dissemos várias vezes, uma questão central para o concelho de Odivelas e, será do ponto de vista de reorganização do concelho a possibilidade de estruturar do ponto de vista urbano este concelho que será, em nossa opinião, como já muitas vezes o manifestámos publicamente, talvez a questão mais decisiva e mais importante para o nosso concelho.

Gostávamos de lhe dar duas notas prévias.

A primeira é a de marcação de duas reuniões de câmara em dias consecutivos, com temas tão importantes, nos provocam um sério incómodo e em nossa opinião limitam a nossa possibilidade de análise profunda dos temas e mais uma vez gostaríamos de expressar aqui o nosso protesto perante estas questões. Não só ontem houve uma reunião de câmara, como hoje estão agendados para esta reunião dois pontos de extrema importância, o Mosteiro e o problema da parceria Público Privada.

Posto isto gostava de dizer o seguinte, também nós pensamos que o lançamento de um debate público já devia ter acontecido. Pela parte da CDU tentámos, tanto quanto nos foi possível fazer, dentro das nossas possibilidades esse debate mas achamos, e já o dissemos aqui nesta câmara, que quem deveria promover esse debate com carácter de urgência era a câmara municipal e portanto, de certo modo em nossa opinião a ordem das coisas está trocada.

De qualquer maneira, como todos também já perceberam, consideramos que a vinda à posse da câmara municipal deste equipamento é uma questão positiva, lamentamos que neste país, pelos vistos há vários Estados, uns de primeira e outros de segunda, e na questão do Instituto e do Mosteiro, o Estado Central assumiu uma posição que em nossa opinião é muito negativa. É que “*despacha*” para cima do Município a responsabilidade de todo o investimento e não assume, como é patente nos documentos que temos à frente, qualquer responsabilidade e ainda cobra rendas pela utilização.

É caso para perguntar e então durante estes anos todos o que é que o Estado Central fez com aquele equipamento, e a resposta é rigorosamente nada e em particular nos últimos anos deixou degradar.

**Quanto à questão do investimento**, dos 16,3 milhões, aquilo que nós podemos desejar é que os técnicos municipais tenham acertado nas contas porque de facto não nos foi possível fazer nem tecnicamente, nem do ponto de vista político uma grande análise daqueles valores, esperemos

que os técnicos acertem e que sejam de facto os 16,3 milhões ou que enfim, fiquem dentro daquela margem dos 15 a 20% em que os estudos dos técnicos podem, e é normal que falhem.

**Quanto à questão das rendas**, que o Estado Central se propõe cobrar e que andarão na ordem dos 23 mil 200 € por mês, nós fizemos umas contas e comparámos com as atuais rendas que existem nos departamentos municipais que a câmara, em determinada altura, faz contas de integrar no Instituto de Odivelas. Portanto, se fizermos as contas a 50 anos, com taxas de atualização na ordem, entre 1 e 2% anuais, o total de custos assumidos pela câmara ao longo destes 50 anos, perante o Estado Central, andarão entre os 18 e os 23 milhões de euros, o que, tendo em conta as atuais rendas que a Câmara paga, pelo DGOU, pelos Julgados de Paz, pelo gabinete de educação, pelo gabinete veterinário e pelo star in, o somatório destas rendas nestes 50 anos, andaria nos 47 milhões e portanto, apesar de estes valores que o Estado Central impõe, a ida para a zona do Mosteiro, destes serviços municipais representaria uma diminuição de custos de quase 20 milhões de euros.

Mas gostava de colocar aqui outra questão que nos parece extremamente importante. Como nós já dissemos várias vezes, devemos equacionar esta questão do Mosteiro, como a derradeira hipótese de construir no nosso concelho uma área central estruturante para o concelho e nessa perspetiva indicámos que havia três elementos que deviam ser analisados em conjunto, a saber:

- A utilização a dar ao Mosteiro, à qual voltamos novamente a chamar a atenção para a urgência dessa discussão pública;
- A construção de um Parque Verde Urbano e articulado com isto tudo;
- O próprio Complexo do Porto Pinheiro.

A análise conjunta destes três elementos permitiria criar uma centralidade estruturante para o concelho e que poderia ser um importante motor de desenvolvimento económico.

Em princípio nós estamos de acordo com a vinda à posse da Câmara do Mosteiro, lamentamos a falta de assunção de responsabilidades do Estado Central, lamentamos que até à data não tenha havido uma discussão sobre a utilização a dar ao Mosteiro. Nós já fizemos em relação a isso e penso que é do conhecimento de todos as nossas propostas, gostaria de dizer que é preciso discutir, discutir se vão para ali serviços e quem vai, mas há uma questão que para nós é central, aquele Mosteiro e todo aquele equipamento tem que ter como prioridade, suprir carências que existem neste momento no concelho e criar uma centralidade estruturante.

Gostava ainda de reafirmar aqui as posições que tomámos. Não só em relação à utilização daqueles espaços, como em relação à persecução do debate público.

Tivemos ocasião, de numa reunião de câmara anterior, reafirmar a urgência que púnhamos no debate público, e a necessidade do mesmo ser conduzido pela Câmara Municipal de Odivelas. Nessa mesma reunião, propusemos que fosse criada uma comissão consultiva, composta por todas as forças políticas aqui representadas e esta proposta, a da criação de uma comissão consultiva, que acompanhasse esse debate, foi rejeitada pelo Partido Socialista.

Volto a afirmar o que até ao momento, são as nossas propostas, para o que está hoje aqui em discussão.

Nós assumimos que deveria ser feito um museu com três valências essenciais, uma virada para a reprodução da vida no Convento, outra que guardasse a história da vida no Instituto de

Odivelas e o seu espólio e outra componente desse museu, que fizesse a história de todo este território, desde os tempos pré-históricos aos tempos de hoje, de todo este território que é atualmente o nosso concelho.

Propusemos igualmente a construção de um Lar de Idosos, de equipamentos para idosos e para a infância, um Jardim de Infância. Propusemos que, articulando, com a área verde com o grande Parque Central, que agora parece que toda a gente está de acordo, se deslocassem para ali as instalações da Polícia de Segurança Pública, o que permitia de certo modo mitigar alguns problemas de segurança que todos os parques verdes urbanos têm e propusemos igualmente que os espaços, depois do estudo criterioso, pudessem ser fundamentalmente dados a atividades culturais e eventualmente algumas áreas de ensino.

Dissemos na altura e voltamos a dizer que a zona verde deveria ter uma área comercial, que a tornasse numa zona viva, numa zona bastante viva porque é isso que Odivelas precisa na sua centralidade, e dissemos na altura e voltamos a dizer aqui hoje, a proposta que apresentámos não era uma proposta fechada, era uma proposta para ser enriquecida no âmbito de uma grande discussão pública que voltamos a dizer que achamos que é essencial.

É esta a nossa posição e, neste momento votamos favoravelmente esta proposta.

Odivelas, 8 de Fevereiro de 2018

Os Vereadores da CDU